



CIDADE DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

AMPLIANDO REDES DE **CIDADES SOLIDÁRIAS** São Paulo

Relatório Executivo



REDE SEM
FRONTEIRAS



Projeto Ampliando Redes de Cidades Solidárias - São Paulo

RELATÓRIO EXECUTIVO

**São Paulo - SP
Agosto/2023**



Sumário

1. Contextualização	3
2. Metodologia	4
3. Execução do Projeto	6
3.1. Ações para a Frente de Ação I - Sensibilização e articulação de servidoras(es) públicas(os) que atuam na cidade	6
3.2. Frente de Ação II - Articulação do diálogo com o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)	14
3.3. Frente de Ação III - Realização de um Seminário entre Cidades Solidárias	14
4. Resultados alcançados	16
5. Considerações finais	17

1. Contextualização

O presente relatório tem como objetivo apresentar e sintetizar as ações e atividades realizadas no âmbito do projeto Ampliando Redes de Cidades Solidárias, realizado pela organização REDE ESPAÇO SEM FRONTEIRAS – RSF, em parceria com a SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC, por meio do TERMO DE FOMENTO No TFM/117/2022/SMDHC/CPIPTD. Iniciado em 21 de dezembro de 2022, o projeto teve duração de 8 meses, com término em 21 de agosto de 2023.

O Projeto Ampliando Redes de Cidades Solidárias faz parte de uma iniciativa internacional implementada, desde 2018, em cidades europeias com o objetivo de fomentar a criação de redes de cidades as quais, através da divulgação, incentivo e fortalecimento de boas práticas, garantam a implementação de políticas de migração sustentáveis, interculturais e transversais, envolvendo, para isso, a participação do poder público, da sociedade civil e, principalmente, da própria população e lideranças migrantes.

Em 2021, conduzida pela RSF, através do mapeamento de boas práticas, a iniciativa teve sua primeira experiência em cidades latino-americanas, nos municípios de San Fernando de Catamarca, na Argentina, e Recife/PE e Cuiabá/MT, no Brasil.

Sendo o modelo de políticas públicas para a população migrante da Cidade de São Paulo considerado inspirador, e tendo servido como base para a construção de modelos sustentáveis de políticas migratórias a nível internacional, é de longa data que em seus projetos, a Rede Sem Fronteiras envolve ativamente o exemplo da cidade, e conta com o acompanhamento e participação em nossos espaços de troca a Coordenação de Políticas para Migrantes e de Promoção do Trabalho Decente (CPMIgTD), vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em especial do Encontro da Aliança Migração em Paris, novembro de 2019 e no dia Mundial do Imigrante de 2021, quando se celebrou os 5 anos da Lei Municipal nº

16.478/2016, que institui a Política Municipal para a População Imigrante, da Cidade de São Paulo.

Assim, com o objetivo de fortalecer a atuação de agentes públicos e representantes de instâncias atuantes no atendimento, acolhimento e inclusão da população migrante na rede local e infraestrutura pública existente ampliando e fortalecendo o diálogo entre a sociedade civil, com vistas a inserir um modelo alternativo às práticas existentes, a RSF desenvolveu, no âmbito do Projeto em questão Ampliando Redes de Cidades Solidárias - São Paulo 2022/2023, três frentes de ações: i) Sensibilização e articulação de servidoras(es) públicas(os) que atuam na cidade; ii) Articulação do diálogo com o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) e, por fim, iii) Realização de um Seminário entre Cidades Solidárias.

A metodologia e descrição das ações realizadas serão descritas na seção a seguir.

2. Metodologia

Para atender o escopo do Projeto e alcançar os resultados esperados nas três frentes de ações, foi seguida a metodologia prevista no Plano de Trabalho, com ajustes após a avaliação conforme as ações avançavam na sua implantação.

Nesse sentido, a metodologia de execução do Projeto envolveu:

Ações contínuas:

- Reuniões periódicas com a equipe da CPMigTD para alinhamento e nivelamento das ações.
- Reuniões semanais da equipe da RSF para alinhamento, planejamento e encaminhamentos sobre o Projeto.
- Reuniões periódicas com a equipe do Centro de Direitos Humanos e Cidadania (CDHIC) para alinhamento e encaminhamentos.

Ações para a Frente de Ação I - Sensibilização e articulação de servidoras(es) públicas(os) que atuam na cidade

- Reuniões com a equipe da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) para apresentar o Projeto e articular realização das oficinas com a equipe dessa secretaria.

- Contatos e reuniões com o Espaço Público do Aprender Social – ESPASO, vinculado à SMADS, e CPMigTD para articular a inserção das oficinas no cronograma anual de formações da secretaria.
- Elaboração da lista de presença e pesquisa de avaliação sobre as oficinas realizadas – via QR code.
- Reunião com CPMigTD para avaliação da primeira oficina e ajuste da metodologia para a segunda atividade.
- Tabulação, sistematização, análise e elaboração de síntese dos resultados das respostas obtidas após as oficinas.

É importante registrar que nessa Frente de Ação, em relação ao Plano de Trabalho inicial, houve aumento das atividades. Inicialmente estava prevista 1 oficina para até 30 servidoras/es públicas/os e, após reunião com SMADS e validação com CPMigTD, foram realizadas 02 oficinas.

Ações para a Frente de Ação II - Articulação do diálogo com o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)

- Participação nas reuniões mensais do CMI.
- Contatos e reuniões com a presidente do CMI para apresentar o Projeto, definir a metodologia e conteúdo da oficina, validar material de divulgação e instrumentais a serem utilizados na oficina.
- Contatos com o Museu da Imigração do Estado de São Paulo para articular espaço para a realização da oficina com o Conselho Municipal de imigrantes (CMI).
- Elaboração de card e lista de presença para a oficina com população migrante e CMI.
- Preparação e disponibilização de coffe-break para a oficina.
- Participação na oficina, com registro fotográfico, coleta de assinaturas na lista de presença e divulgação nas mídias sociais.
- Digitalização das listas de presença e envio ao CMI.

Assim como ocorreu na Frente de Ação I, após apresentação do Projeto para a presidente do CMI, considerando o momento de encerramento da gestão atual do conselho e início do processo de convocação e eleição de nova conformação, foi solicitado que a oficina fosse com lideranças e pessoas migrantes para apoiar na difusão desse espaço participativo e, também,

mobilizar pessoas para o processo de nova formação. Essa adequação foi realizada após aprovação com a CPMigTD.

Ações da Frente de Ação III - Realização de um Seminário entre Cidades Solidárias

- Contatos com a Câmara Municipal da cidade de São Paulo para articular espaço para a realização do seminário entre cidades solidárias – Frente de Ação III.
- Definição e estruturação da programação e mesas do seminário
- Contatos com representantes do poder público e sociedade civil de Recife/PE, Sinop/MT; Cuiabá/MT e São Paulo/SP.
- Cotação e aquisição de passagens aéreas e hospedagem para representantes de outros estados.
- Preparação de coffe-break para o seminário.
- Articulação de visita técnica ao Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI) Oriana Jara e à CPMigTD.
- Realização do seminário.

O detalhamento dessas ações é apresentado na seção que segue referente à execução do Projeto.

3. Execução do Projeto

Conforme mencionado, o Projeto contou com parcerias para sua execução, sendo elas tanto com organizações da sociedade civil, como o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), membro da RSF, o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), quanto do poder público, como o CRAI Oriana Jara, a própria CPMigTD, e o ESPASO, da SMADS.

Na sequência é possível ter acesso ao detalhamento de cada atividade realizada.

3.1. Ações para a Frente de Ação I - Sensibilização e articulação de servidoras(es) públicas(os) que atuam na cidade

Para essa frente de ação estava prevista a realização de uma oficina com a participação de 30 servidoras/es públicas/os. No entanto, após reunião de apresentação do Projeto para a equipe técnica da SMADS, foi solicitado a ampliação para 2 oficinas para até 80 profissionais. Essa solicitação foi aceita após revisão interna e alinhamento com a CPMiGTD.

Nesse sentido, foram realizadas 2 oficinas, nos dias 31/03/2023 e 28/04/2023, no ESPASO - Espaço Público do Aprender Social – local onde ocorrem as ações continuadas de formação das equipes da SMADS. A formação foi realizada em parceria com a Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente (CPMiGTD), vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDCH), e contou com a participação de 76 profissionais, sendo 69 da SMADS, 03 da SMDHC, 02 do terceiro setor e 1 que não indicou seu local de atuação. Deste universo de profissionais, 71% (54) são mulheres e 29% (22), homens. O detalhamento dos departamentos e sexo das pessoas participantes pode ser consultado na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de participantes por departamento e sexo.

Secretaria/Departamento	Feminino	Masculino Geral	Total
SMADS	51	18	69
Autonomia em Foco	1	1	2
CA	4	1	5
CAE	3		3
CAEI	2	3	5
CAEMI	1		1
CCA	1	2	3
CEDESP	4	4	8
Centro Pop Rua	9	1	10
CPAS	1		1
CR		1	1
CRAS	1		1
CREAS	7	1	8
CTA	3		3
GSUAS	1		1
Hotel Social	1		1
ILPI	1	1	2
SASF	4	1	5
SEAS	6	2	8

SMSE MA	1		1
SMDHC	2	1	3
COM/CRM	1		1
CPMigTD	1	1	2
Terceiro Setor	1	1	2
CROPH		1	1
Instituto C	1		1
Sem informação		2	2
Sem informação		2	2
Total Geral	54	22	76

Fonte: Lista de Presença das oficinas. Categorização e Elaboração: Rede Sem Fronteiras, 2023.

A distribuição de participantes por departamento permitiu verificar a concentração de profissionais por setores da SMADS, sendo que o de maior participação se deu nos Centro de Atendimentos à População em Situação de Rua (Centro Pop Rua: 10 profissionais), seguido do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS: 8 profissionais), o qual também trabalha com pessoas em situação de rua, indicando a incidência de pessoas migrantes em situação de rua que são atendidas por essas equipes.

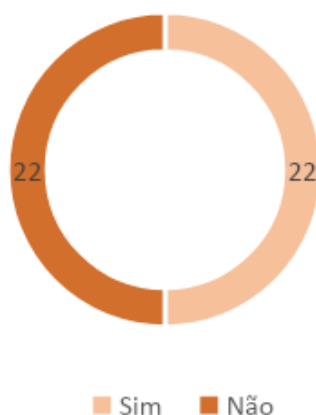
Com o mesmo número de presentes que o SEAS, o Centro de Desenvolvimento Social Produtivo também registrou 8 profissionais que atuam na capacitação e formação profissional de adolescentes, jovens e adultos.

Na sequência, com 5 registros de presenças, os setores de Serviço de Assistência Social da Família (SASF), os Centros de Acolhidas (CA) e os Centros de Acolhida Especial (CAEI) também demonstram o interesse e participação das equipes que atuam diretamente nos atendimentos à população, incluindo a parcela migrante.

No final de cada oficina foi solicitado às pessoas presentes que respondessem a pesquisa de avaliação anônima da oficina, com 5 questões, que buscou avaliar a efetividade da oficina e, também, se às servidoras e servidores públicos têm conhecimento da Lei Municipal nº 16.478/2016, que institui a Política Municipal de Políticas para Imigrantes (PMPI). A informação sobre o sigilo das informações foi transmitida no cabeçalho do formulário, assim como as orientações para preenchimento, conforme reprodução na a seguir.

Das 76 pessoas presentes nas 2 oficinas, 44 responderam a pesquisa de avaliação, cujos resultados são apresentados na sequência. Para tanto, será apresentado primeiro a questão seguida das respostas e análise.

Pergunta 1: Você já conhecia a lei municipal nº 16.478, de 8 de julho de 2016, que Institui a Política Municipal para a População Imigrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias, bem como sobre o Conselho Municipal de Imigrantes?



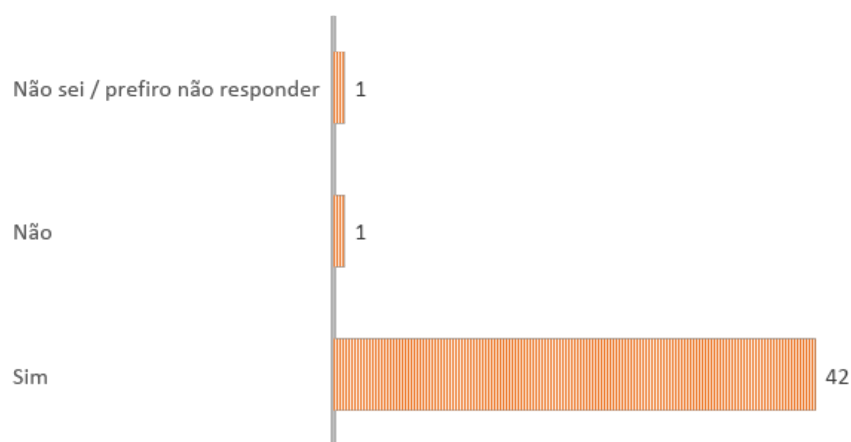
Do universo de 44 respondentes, metade não conhecia a Lei específica que garante direitos e acesso à população migrante, o que sugere a necessidade de seguimento das formações com as equipes que atuam na linha de frente dos atendimentos. A necessidade de criar uma estratégia para que as coordenações de tais serviços divulguem as legislações municipais também se demonstrou uma ação necessária, seja por meio de folders informativos ou outros meios de comunicação direta entre servidoras e servidores, de carreira ou de empresas terceirizadas, para que a difusão sobre a CPMigTD e a legislação municipal seja amplamente realizada.

Pergunta 2: Você acredita que o conteúdo abordado na oficina ampliou seu entendimento sobre a temática migratória?



A grande maioria afirmou que o conteúdo da oficina possibilitou ampliar o entendimento sobre a temática migratória, o que permite afirmar que esses espaços de formação são essenciais para que a cidade de São Paulo siga colocando em prática as legislações que garantem acesso incondicional a direitos por parte da população migrante e se consolide como modelo de cidade com práticas solidárias e acolhedoras.

Pergunta 3: Pensando na realidade do seu dia a dia de trabalho, você considera que, após a oficina, haverá impacto positivo no atendimento da população migrante?



Assim como na pergunta anterior, a grande maioria dos/as respondentes considera que o conteúdo trabalhado nas atividades repercutirá positivamente no atendimento à população migrante, por meio da ampliação do conhecimento

em relação a essa temática. Para aferir se de fato houve o impacto esperado, seria oportuno realizar nova pesquisa futuramente, entre 2 e 6 meses, para avaliar se houve melhorias nos atendimentos pelas equipes que participaram do processo formativo.

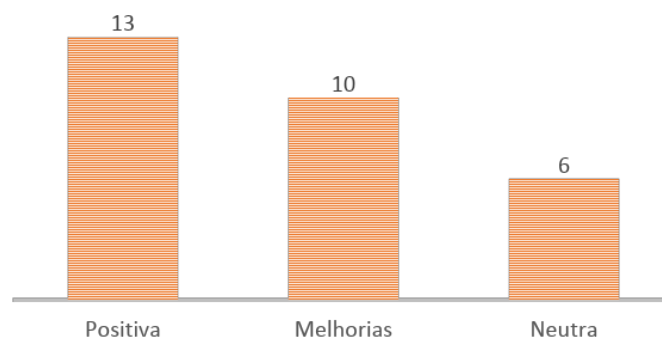
Pergunta 4: Para você, é possível incorporar a interculturalidade, a participação social, a sustentabilidade e a transversalidade nos atendimentos à população migrante.



Em relação a proposta de governança migratória abordada através dos 4 princípios da iniciativa Aliança Migração - Interculturalidade, Participação Social (Protagonismo Migrante), Sustentabilidade e Transversalidade -, a quase totalidade dos(as) servidoras(es) reconhece a pertinência em considerar estes princípios em seu serviço de atendimento direto à população migrante. A relação, entre os quatro pilares e os atendimentos, foi exemplificada durante a dinâmica adotada na segunda oficina, na qual participantes foram divididos em grupos para analisar, e posteriormente, debater, casos concretos a partir da experiência do Centro de Direitos Humanos e Cidadania (CDHIC), organização membro da Rede Sem Fronteiras. Esse momento possibilitou ampliar as trocas de experiências e aprendizados e demonstrou ser uma experiência a ser replicada em futuras formações.

Pergunta 5: Se você respondeu “não” ou “não sei/prefiro não responder” a alguma questão, por favor, comente o que poderia ser melhorado na oficina para ampliar e difundir a temática migratória.

Essa questão, ainda que tivesse sido direcionada para pessoas que responderam “não” ou “não sei/prefiro não responder”, foi obrigatória por representar um espaço no qual as e os profissionais participantes pudessem relatar suas impressões sobre a oficina. Foi a única pergunta de resposta aberta e contou com as percepções de 29 respondentes em 30 respostas, já que um formulário de pesquisa continha 2 tipos de respostas. Para agregar e possibilitar a categorização para análise, as respostas foram divididas em três grupos, sendo: i) positivas: que reforçam o impacto positivo da atividade; ii) neutras: que não ressaltam a atividade nem indicam pontos a serem trabalhados para atividades futuras; e iii) melhorias: que indicam possíveis ajustes para que a experiência seja melhor apreendida ou disseminada. Os resultados são apresentados a seguir.



Percebe-se que um número maior de profissionais que relataram estar satisfeito com a atividade, registrando 13 respostas classificadas como positivas, enquanto que 10 profissionais apontaram melhorias a serem consideradas em outras formações. Manifestações neutras registraram 6 respostas.

A seguir é apresentada a classificação das respostas em categorias que permitissem agrupá-las dentro dessa divisão entre “positiva”, “melhorias” e “neutras”. Na primeira categoria, “positiva”, destaca-se a excelência da atividade, assim como sua importância.

Categoria "Positiva"	Nº de Respostas
Ótima atividade	5
Extrema importância	2
Domínio do tema	1
Entendimento sobre a lei municipal	1
Muito aprendizado	1
Multipluralidade	1
Possibilitou repensar o trabalho	1
Possibilitou visão ampliada do atendimento	1
Total	13

Na categoria “melhorias” foi apontado a ampliação de cursos preparatórios sobre a temática e outras questões como acústica e tempo para esclarecimento de dúvidas, por exemplo. Também foi apontado a necessidade de transversalizar o tema com outras secretarias, ponto de extrema importância visto que as demandas da população migrante perpassam todas as áreas e a SMADS atua como “porta de entrada” para essas pessoas às políticas públicas por meio dos atendimentos e encaminhamentos realizados. Envolver outras secretarias significaria ampliar a atuação do poder público na rede de proteção e garantia de direitos, previstos tanto na PMPI quanto no Decreto nº 57.533/2016 que a regulamenta, além de descrever a qualificação para o atendimento à população migrante e a atuação de cada secretaria municipal nesse segmento.

Categoria "Melhorias"	Nº de Respostas
Oferecer mais cursos preparatórios	2
Adotar abordagem humanizada entre profissionais	1
Aumentar a duração da atividade	1
Conhecer melhor a SMADS	1
Cumprir horário previsto	1
Considerar espaço para dúvidas	1
Apresentar fluxograma de atendimento	1
Melhorar a acústica	1
Ter mais sensibilidade	1
Transversalizar com outras secretarias	1
Total	11

Já na categoria “neutra”, conforme anteriormente explicado, não houve manifestações que pudessem ser entendidas como exaltação da atividade ou indicações de pontos a serem melhor verificados para as próximas atividades.

Categoria "Neutra"	Nº de Respostas
Conteúdo aderente	2
Encaminhamento já é realizado	1
Sem resposta	3
Total	6

Diante do exposto, pode-se afirmar que a oficina atingiu os objetivos esperados do Projeto uma vez que ampliou consideravelmente o conhecimento de servidoras e servidores públicos, em sua maioria, em relação à temática migratória, além de possibilitar a aproximação da execução da política pública com princípios da sociedade civil.

3.2. Frente de Ação II - Articulação do diálogo com o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI)

A oficina com representantes do CMI, lideranças e pessoas migrantes foi realizada no dia 15/04/2023, no Museu da Imigração de São Paulo, contou com a presença de 64 pessoas migrantes de diversas nacionalidades. Na ocasião, além da sociedade civil, também estiveram presentes representantes da CPMIgTD.

Conforme já exposto, o objetivo dessa atividade foi o de mobilizar e engajar pessoas migrantes a participarem ativamente das próximas eleições do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) da cidade de São Paulo,

No encontro, além da explanação da então presidente do CMI, Hortense Mbuyi, sobre o funcionamento do CMI, diversos migrantes tiveram a oportunidade de debater os desafios para a próxima gestão do Conselho.

Em síntese, a avaliação foi de que a gestão 2021-2023 realizou avanços importantes para conselheiras e conselheiros, como a conquista de um espaço para o CMI dentro da SMDHC, além de bilhete único para pessoas físicas conselheiras. No entanto, foi sugerido que a próxima gestão busque ampliar orçamento para o conselho.

Nessa atividade a equipe técnica da RSF operacionalizou toda a logística de reserva de espaço, elaboração de peças de comunicação, disponibilização de coffee-break e cobertura de comunicação. Não houve avaliação da oficina por ser uma atividade dirigida e coordenada em conjunto com o CMI, isso porque se respeitou o protagonismo migrante solicitado pelo próprio conselho.

3.3. Frente de Ação III - Realização de um Seminário entre Cidades Solidárias

A realização do Seminário de Encerramento do projeto Ampliando Redes de Cidades Solidárias aconteceu no dia 26 de junho de 2023, na Câmara Municipal de São Paulo. Essa última Frente de Ação foi de fundamental importância para estabelecer um canal de comunicação entre as cidades que adotam um modelo de política pública local mais inclusiva e acolhedora.

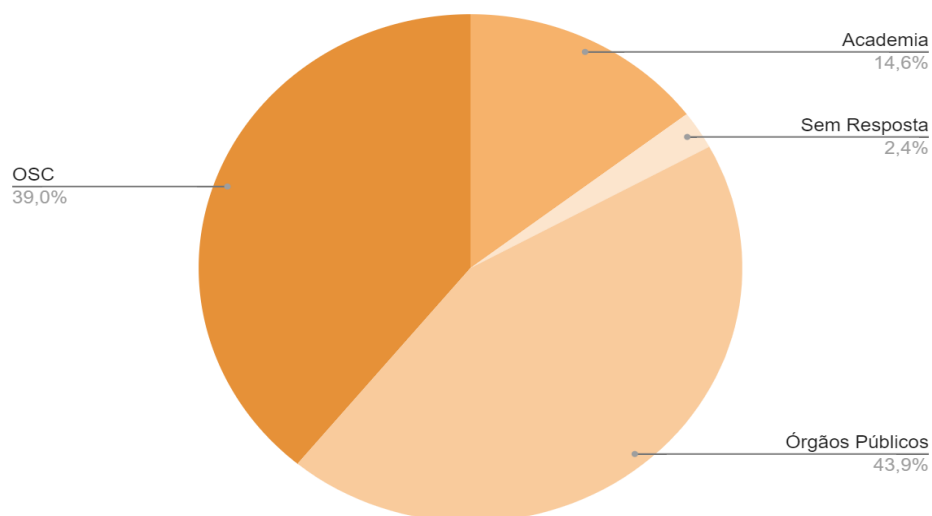
Estiveram presentes mais de 50 participantes, entre migrantes, representantes de entidades da sociedade civil e do poder público. A Mesa de abertura contou com a presença da Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Sonia Francine Gaspar Marmo, Rodrigo Portella Guimarães, Assessor da Secretaria Nacional de Justiça e Segurança Pública e Florencia Salmuni, Diretora Executiva da Rede Sem Fronteiras.

A segunda mesa abriu o debate a respeito da Política Nacional de Migração Refúgio e Apatridia, os desafios para a consolidação de uma rede de cidades acolhedoras, e teve participação de Paulo Illes, Coordenador de Políticas Migratórias Departamento de Migrações Ministério de Justiça e Segurança Pública.

O Seminário contou ainda com a presença e exposição da Vice Prefeita de Recife/PE, Isabella Roldão; Marinet Aparecida Mariano da Silva, Coordenadora da Proteção Social Básica e Coordenação de Programas e Projetos, de Sinop/MT; Valdecir Molinari, Pastoral do Migrante de Cuiabá/MT; e Bryan Zelmar Sempertegui Rodas, Coordenador de Políticas para Migrantes e Promoção do Trabalho Decente de São Paulo; integrando Mesa Principal de intercâmbio de experiências e boas práticas a nível municipal e participação cidadã das pessoas migrantes. A mediação foi realizada por Carla Mustafa, do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC.

Entre os convidados contou-se ainda com importantes presenças, entre elas, Luna Zarattini, vereadora de São Paulo, Diana Soliz, do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo (STDMSP), Thamara Thomé, coordenadora do CRAI Oriana Jara - Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, Patrícia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de São Paulo.

Entre os convidados, estiveram presentes representantes de organizações da sociedade civil como Visão Mundial, ADUS, CEMIR, Cruz Vermelha-SP, Instituto Gerando Falcões, Refúgio 343, de universidades brasileiras e do exterior como UNICAMP, PUC-SP, UFABC e EMMIR, além dos representantes do poder público já mencionados e outras instituições como a Defensoria Pública da União.



Uma vez apresentada a execução do Projeto, a seção a seguir vai analisar se foram alcançados os resultados previstos no Plano de Trabalho.

4. Resultados alcançados

O quadro a seguir apresenta os indicadores e resultados esperados durante a execução do Processo, com base nos indicadores quantitativos. A partir dele será possível analisar o alcance e efetividade das ações.

Indicador de Processo/Resultado	Indicadores quantitativos	Resultados alcançados
Efetividade do planejamento estabelecido	% de atividades realizadas no prazo previsto	40%
Mobilização e engajamento de agentes públicos e conselheiras(os) CMI para o Projeto	30 participantes nas atividades	Frente de Ação I – 76 Frente de Ação II – 64 Frente de ação III – mais de 50
Adesão de agentes públicos e conselheiras(os) CMI ao Projeto	30 participantes nas atividades	Frente de Ação I – 76 Frente de Ação II – 64 Frente de ação III – mais de 50
Introdução de novas formas de atuar e interagir com a população migrante	quantidade de novas iniciativas destinadas a população migrante no município	Experiências das 4 cidades que participaram do Seminário.
Consolidação da Rede de Cidades Solidárias	4 cidades interligadas com base nos princípios da rede de cidades solidárias	Recife/PE Sinop/MT Cuiabá/MT São Paulo/SP

Diante dos resultados condensados no quadro acima, é possível afirmar que o Projeto contribuiu para a articulação de atuação em rede de, pelo menos, quatro cidades brasileiras, sendo elas Recife/PE; Sinop/MT; Cuiabá/MT e São Paulo/SP. A adesão ao Projeto foi significativa e superou a expectativa de 30 participantes nas oficinas, registrando mais que o dobro nas ações das Frentes de Ação I e II.

Em relação à efetividade do planejamento em relação ao planejado versus executado, houve 60% de aderência porque foi necessário ajustar o cronograma das oficinas e do seminário para se adequar às agendas dos parceiros, como ESPASO, CMI e Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, que, por se tratarem de agentes externos, demandou que as ações se adequassem às suas necessidades. No entanto, a alteração de calendário não alterou os resultados esperados de participação, adesão e consolidação de rede de cidades solidárias.

5. Considerações finais

No que se refere aos resultados obtidos através das avaliações das Oficinas com Servidoras e Servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS), o não conhecimento da Lei específica que garante direitos e acesso à população migrante por parte de 50%

dos respondentes, sugere a necessidade de seguimento das formações com as equipes que atuam na linha de frente dos atendimentos, bem como a necessidade de criação de estratégias para que as coordenações de tais serviços divulguem as legislações municipais, seja por meio de folders informativos ou outros meios de comunicação direta entre servidoras e servidores, de carreira ou de empresas terceirizadas, para que a difusão sobre a CPMigTD e a legislação municipal seja amplamente realizada.

De acordo com os participantes, o conteúdo da oficina possibilitou ampliar o entendimento sobre a temática migratória, o que permite afirmar que esses espaços de formação são essenciais para que a cidade de São Paulo siga colocando em prática as legislações que garantem acesso incondicional a direitos por parte da população migrante e se consolide como modelo de cidade com práticas solidárias e acolhedoras.

Para aferir se de fato houve o impacto esperado, seria oportuno realizar nova pesquisa futuramente, entre 2 e 6 meses, para avaliar se houve melhorias nos atendimentos pelas equipes que participaram do processo formativo, uma vez que o entendimento inicial por quase a totalidade dos/as respondentes de que o conteúdo trabalhado nas atividades repercutirá positivamente no atendimento à população migrante.

No que se refere a proposta de governança migratória abordada através dos 4 princípios da iniciativa Aliança Migração - Interculturalidade, Participação Social (Protagonismo Migrante), Sustentabilidade e Transversalidade -, a totalidade dos(as) servidoras(es) reconheceu a pertinência em considerar estes princípios em seus serviço de atendimento direto à população migrante.

A relação, entre os quatro pilares e os atendimentos, foi exemplificada mais profundamente durante a dinâmica adotada na segunda oficina, na qual participantes foram divididos em grupos para analisar, e posteriormente, debater, casos concretos a partir da experiência do Centro de Direitos Humanos e Cidadania (CDHIC), organização membro da Rede Sem Fronteiras. Esse momento possibilitou ampliar as trocas de experiências e aprendizados e demonstrou ser uma experiência a ser replicada em futuras formações.

Por fim, é válido ressaltar que os apontamentos referente a possíveis “melhorias” foi referente a ampliação de cursos preparatórios sobre a temática e

outras questões como acústica e tempo para esclarecimento de dúvidas, por exemplo. Também foi apontado a necessidade de transversalizar o tema com outras secretarias, ponto de extrema importância visto que as demandas da população migrante perpassam todas as áreas e a SMADS atua como “porta de entrada” para essas pessoas às políticas públicas por meio dos atendimentos e encaminhamentos realizados. Envolver outras secretarias significaria ampliar a atuação do poder público na rede de proteção e garantia de direitos, previstos tanto na PMPI quanto no Decreto nº 57.533/2016 que a regulamenta, além de descrever a qualificação para o atendimento à população migrante e a atuação de cada secretaria municipal nesse segmento.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as três frentes de ações previstas e efetivamente executadas atingiram os objetivos esperados do Projeto. No que se refere a frente de Sensibilização e articulação de servidoras(es) públicas(os) que atuam na cidade, as duas Oficinas realizadas ampliaram consideravelmente o conhecimento de servidoras e servidores públicos, em sua maioria, em relação à temática migratória, além de possibilitar a aproximação da execução da política pública com princípios da sociedade civil, como aqueles preconizados pela Iniciativa Aliança Migração.

Já no que se refere a segunda frente do Projeto, de Articulação do diálogo com o Conselho Municipal de Imigrantes (CMI), o encontro realizado com o apoio da RSF em abril no Museu da Imigração, o qual contou com mais de 60 migrantes de diversas nacionalidades, fortaleceu a mobilização dos mesmos para participar das próximas eleições do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) da cidade de São Paulo.

Por fim, a terceira frente de ação concretizada através da realização do Seminário de Encerramento do projeto Ampliando Redes de Cidades Solidárias, com a presença de mais de 50 participantes e representantes de quatro diferentes cidades compondo a Mesa de intercâmbio de experiências e boas práticas a nível municipal e participação cidadã das pessoas migrantes, reforçou a defesa a nível regional de uma governança migratória pautada na recepção digna e no respeito aos direitos fundamentais, contribuindo para o estabelecimento de um canal de diálogo e cooperação entre as cidades no que



se refere a adoção de modelo de política pública local mais inclusiva e acolhedora, objetivo central do projeto executado.